

A Igreja, o Estado e o Monumento: algumas considerações sobre as festividades de inauguração do Cristo Redentor no Rio de Janeiro (1931)



The Catholic Church, the Brazilian State and the Monument: *some considerations on the festivities for the inauguration of Christ the Redeemer in Rio de Janeiro (1931)*

PEREIRA, Caio Murilo*

 <https://orcid.org/0000-0001-8105-7815>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a inauguração do monumento do Cristo Redentor ocorrida no Rio de Janeiro, na época capital federal da República. Tomando como fontes duas capas de edições do jornal *O Globo*, o presente trabalho revela uma compreensão frente à manifestação discursiva da Igreja durante o evento, como resposta aos efeitos da laicidade executada pelo Estado durante o início da República. Para tal efeito, realizou-se um levantamento de dados, utilizando de autores da historiografia para a investigação bibliográfica e da análise do discurso como metodologia para obtenção dos resultados. A pesquisa demonstrou que o monumento do Cristo Redentor representou uma tentativa da Igreja Católica em romper com alguns preceitos da legislação que tornava o Brasil um país laico, de modo a realçar a relação da crença católica com a política do Estado na primeira metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Cristo Redentor; Estado Laico; Igreja Católica.

ABSTRACT: This article aims to analyze the inauguration of the monument Christ the Redeemer in Rio de Janeiro, at that time the federal capital of the Brazilian Republic. Using two covers of the Brazilian newspaper, *O Globo*, the present article seeks to reveal an understanding of the discursive manifestation of the Catholic Church during the inauguration, as a response to the effects of the secularism implemented in the early republican era. Based on that, we use authors of historiography for bibliographic research and the discourse analysis as way to obtain the results. The research showed that the monument Christ the Redeemer represented an attempt by the Catholic Church to break some precepts of the legislation that made Brazil a secular country, highlighting the relationship between the catholic faith and the Brazilian State policy in the first half of the 20th Century.

KEYWORDS: Christ the Redeemer; Secular State; Catholic Church.

*Recebido em: 27/01/2021
Aceito em: 01/02/2021*

* Graduando e formando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Curitiba-PR. Atual bolsista pelo Programa de Residência Pedagógica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: murilo.caio@pucpr.edu.br. Este artigo constitui um extrato do Trabalho de Conclusão de Curso do referido autor, aprovado pela Banca Examinadora do Curso de Graduação em Licenciatura em História da PUC-PR, em 27 de novembro de 2020.



Introdução

Entre o final do século XIX e início do século XX, os cenários sócio, político e econômico do Brasil passaram por uma série de transformações. Desde a Proclamação da República (1889), o recém-instituído governo republicano não mediu esforços para remover as mais variadas características do Poder Moderador, o qual havia sido incluso na Constituição Imperial de 1824 e definido como “[...] a chave de toda a organização política [...] delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação [...]” (BRASIL, 1824). O novo sistema de governo não só expurgou os aspectos característicos da Família Real e da Corte para instaurar mudanças sustentadas pelo Federalismo¹, sobretudo a partir dos governos civis, como também hasteou a bandeira do Liberalismo² no campo econômico do país. Desse modo, “[...] os próprios reformistas republicanos dividiram-se entre liberais [...], e autoritários (positivistas), todos em luta contra os reformistas monarquistas” (CARVALHO, 2012, p. 394).

O atrito causado dentro do sistema imperial e que o levou à sua queda ocorreu por conta de alguns fatores. A monarquia brasileira teve as suas estruturas abaladas devido às crises provocadas pela oposição, principalmente entre os abolicionistas, republicanos e pelo Exército, além do próprio “monarca dos trópicos”, Dom Pedro II, afastar-se cada vez mais da política (SCHWARCZ; STARLIN, 2015a, p. 302). No entanto, não só o distanciamento do Imperador em relação ao regime imperial e os grupos políticos afastados da realeza tomavam forma, como também a própria Igreja Católica sofreu alterações internas no contexto que gerou o fim do Segundo Reinado e que cedeu espaço ao projeto republicano.

Com a transição dos regimes, o “privilégio” que a Igreja Católica desfrutou durante os dois reinados no Brasil passou a ser muito mais restrito durante a nova era republicana. “O projeto da Nova Constituição [...] apresentava propostas evidentes de limitação da esfera de ação da Igreja e de religiosos no Brasil.” (HERMANN, 2013, p. 123). Isso ocorre pelo fato da Igreja não só perder o seu estatuto de instituição religiosa oficial do país, como também em não poder interferir mais nas decisões do Estado, característica que a marcou de maneira intrínseca durante as décadas do Império.

¹ O Federalismo é uma forma de organização governamental a qual os entes federados são dotados de autonomia administrativa, política, tributária e financeira, e se aliam na criação de um governo central por meio de um pacto federativo. Para mais informações sobre tal conceito é possível acessar: <https://www.repositorio.enap.gov.br>. Acesso em: 28 set. 2020.

² Considerado como uma corrente ideológica surgida na Inglaterra após a Revolução Industrial (1760–1840), o Liberalismo econômico tem como algumas de suas características a não intervenção estatal na economia e o direito à propriedade privada. Aqui no Brasil, o liberalismo já possuía um campo de discussão ao longo do século XIX, ainda que incipiente. No entanto, após a Proclamação da República, Carvalho (2012, p. 394) afirma que o liberalismo econômico, defendido pelos federalistas e positivistas, derrotou o liberalismo social de alguns republicanos e monarquistas.

Com base nisso, um quadro de tensões entre a Igreja e o Estado, no alvorecer da República Brasileira, respondeu por uma das dimensões entre religião e política ao longo da história republicana. “Se a Igreja soube contornar as limitações políticas impostas [...] não foi capaz, entretanto, de controlar as reações [...] diante da perda de poder das autoridades religiosas.” (HERMANN, 2013, p. 125). Tal apontamento pode ser associado aos efeitos causados pela laicidade implementada no início da República, como possível solução para desatar o nó entre Estado e Igreja que, por longa data, permeou na sociedade brasileira.

No Rio de Janeiro, a então capital que de imperial passou a ser federal, o maior marco de mobilização da Igreja está associado ao projeto da construção do Cristo Redentor (1922–1931). Dado todo o exposto, levanta-se o questionamento que norteia o artigo: de que maneira o monumento Cristo Redentor representou uma tentativa da Igreja Católica em romper com os efeitos da laicidade institucionalizada na Primeira República? Tal problemática será alvo de estudo neste texto.

Assim sendo, o objetivo do presente estudo consiste em analisar alguns dos papéis políticos e religiosos da Igreja Católica e do Estado Brasileiro durante a inauguração do Cristo Redentor. Torna-se de suma importância verificar, também, as ações de reaproximação da Igreja com o Estado durante o início do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930–1934), além de abordar os contextos político e social do Brasil no começo da Era Vargas. Por fim, será levado em consideração o discurso da Igreja e a representação de entidades políticas e episcopais na inauguração por meio dos documentos utilizados para a análise.

A documentação examinada para a elaboração deste estudo consiste em duas capas de edições do veículo de comunicação de mídia e imprensa, O Globo, publicadas no início da década de 1930. Esses documentos trazem consigo registros que contemplam alguns momentos do evento de inauguração da estátua que ocupa o topo do Corcovado. As duas fontes podem ser encontradas no acervo digital do site do periódico e estão disponibilizadas para os seus assinantes.

Fundado em 1925, o jornal O Globo teve inicialmente como público-alvo a população da metrópole do Rio de Janeiro, tornando-se líder absoluto entre os membros das classes A e B da capital fluminense (INFOGLOBO, 2009, p. 1). Com o lançamento de edições diárias na cidade, este mesmo veículo publicou, no dia 12 de outubro de 1931, duas edições sobre a inauguração do monumento, as quais descrevem alguns discursos

feitos por uma parcela dos membros da elite eclesiástica e de fiéis leigos brasileiros da Igreja Católica³ presentes no evento.

Referente ao arcabouço teórico-metodológico, o método de aplicação à documentação da análise faz-se por um teor qualitativo. A metodologia é inspirada na proposta de análise do discurso da autora Maria Gregolin (1995), a qual descreve o discurso enquanto suporte de vários textos que circulam em uma determinada sociedade e que se tornam responsáveis pela concretização de estruturas semionarrativas.

Em se tratando do quadro teórico do artigo, mencionam-se autores da historiografia brasileira, como Lilia Schwarcz e Heloísa Starlin (2015b), Bóris Fausto (1997) e Thomas Skidmore (2010) para a contextualização da Revolução de 1930 — período que incorpora o contexto da inauguração do monumento. Outros autores como Jaques Le Goff (1990) e Fernanda Severo (2004), por exemplo, abarcam discussões teóricas sobre o conceito do que vem a ser, de fato, um “Monumento”.

Por último, mas não menos importante, pode-se citar ainda alguns dos autores que em seus estudos se propuseram a investigar a temática da Igreja Católica no Brasil republicano e os processos da construção e inauguração do Cristo, como Jaqueline Hermann (2013), Antônio Edmilson Martins Rodrigues (2008) e Felipe Castellotti (2008). Sendo assim, os diálogos a serem desenvolvidos com os autores aqui mencionados auxiliarão não só na análise, como também na interpretação e nas análises-críticas feitas pelo autor do artigo em relação aos documentos selecionados.

De braços abertos no alto da Guanabara: análise documental sobre a inauguração do Cristo Redentor

Antes de dar início às investigações documentais propriamente ditas desta pesquisa, é necessário afirmar que o propósito da seção se baseia em analisar os jornais com um olhar crítico de pesquisador, rompendo com o ideal de somente descrevê-los neste espaço. Antes de tudo, “o pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente do perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes.” (LAPUENTE, 2015, p. 6), para assim evidenciar e cativar o seu público-leitor.

Com base nisso, entende-se que, no período que incorpora o final do século XIX, a República havia chegado com o intuito de alterar as estruturas da sociedade brasileira e, da mesma forma, discorrer um novo capítulo para a história do Brasil. Com o declínio

³ Os jornais analisados não possuem a(s) assinatura(s) do(s) autor(es) que escreveu e/ou escreveram os textos. É importante pontuar que o acervo digital do jornal O Globo só disponibilizou as capas dos periódicos que aqui serão investigados.

da monarquia houve o início da Primeira República, marcada como a época que comporta a institucionalização do Estado Laico, a incorporação do Federalismo dentro do sistema de governo, a promulgação da primeira Constituição Republicana (1891) e, sobretudo, o domínio dos oligarcas na esfera da política nacional. Em síntese, a Primeira República promoveu novas expectativas, como aberturas políticas,⁴ modos e costumes que, sustentadas pelo ideal de uma “renovação econômica” — desejada principalmente por oligarcas produtores de café do setor progressista — acabaram atingindo os ideais de “prosperidade” e “ordem” para a Nação. No entanto, uma série de conflitos colidiu com tudo o que inicialmente havia sido aspirado após a deposição da monarquia brasileira no final do século XIX. Assim, a partir dos anos 1920, o país passou a apresentar sinais inquietantes de desequilíbrio nos primeiros anos da década (FAUSTO, 1997, p. 122).

Um dos maiores fatores que causou uma demanda de “turbulências” no Estado Brasileiro possui relação com o descontentamento de alguns estados da República em relação à preponderância paulista no poder. Por muito tempo, acreditou-se que São Paulo e Minas Gerais detinham o poder, de forma exclusiva, no cenário político nacional. No entanto, a hegemonia política desses dois estados durante a Primeira República — assim como a própria explicação da força de Minas Gerais na política nacional que se justificava pela aquisição econômica do estado baseada apenas no gado de leite — vem sendo enfraquecida. Além dos dois estados do Sudeste brasileiro, havia outros quatro que tinham força dentro da política nacional: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, o que derruba, em parte, a antiga tese da “política do café com leite” (VISCARDI, 2005, p. 45).

Acerca disso, Viscardi (2005, p. 45), indica ainda que para garantirem a sua hegemonia, os seis estados possuíam uma forte economia, ou ainda, uma elite política bem representada no Parlamento. Juntas ou separadas, essas unidades federativas participaram ativamente de todas as sucessões presidenciais ocorridas no período. Ademais, o poder de Minas devia-se, também, a duas causas: o fato de o estado mineiro possuir a maior bancada do país — 37 deputados — e por ser, à época, o segundo maior produtor de café do Brasil. Por isso, a ideia de que São Paulo estava se tornando o principal estado da federação, uma vez que o seu destino se voltava para governar o país, em decorrência da sua alta influência econômica, perdurou diante da oposição. “As elites estavam longe de identificar o país somente com o café, e seus interesses tendiam a dar prioridade ao mercado interno.” (SCHWARCZ; STARLIN, 2015b, p. 353).

⁴ É relevante destacar que a noção de “abertura de direitos políticos” aqui mencionada significava garantir acesso à cidadania em uma expectativa nutrida pela — e somente para a — classe média do país.

Os problemas gerados pelo Federalismo e o descontentamento dos outros estados em relação ao Poder Central de São Paulo são percebidos durante alguns momentos ocorridos na década de 1920. Acerca disso, pode-se tomar como exemplo a Reação Republicana e, sobretudo, a deposição de Washington Luís (1869–1957). No caso do último exemplo mencionado, afirma-se que “[...] a oposição, por meio da Aliança Liberal, ressentiu-se com a tentativa do então presidente, Washington Luís, de instaurar outro político que representasse São Paulo na presidência.” (SKIDMORE, 2010, p. 37).

A campanha eleitoral das eleições de 1930 foi aberta com o lançamento da candidatura do político gaúcho Getúlio Vargas (1882–1954) pela Aliança Liberal, cuja iniciativa de lançá-lo como candidato, segundo indica Fausto (1997, p. 41) proveio dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Tal medida serviu como oposição à chapa governista do paulista Júlio Prestes (1882–1946), posteriormente declarado como vencedor nas eleições. Dentre as inúmeras causas organizadas para a eclosão de uma conspiração fomentada pela tomada de poder, o que de fato surgiu como estopim para o início da rebelião foi o assassinato do então governador da Paraíba e candidato à vice-presidência do país, João Pessoa (1878–1930), na cidade do Recife.⁵ “Washington Luís apoiava o grupo político ao qual o assassino do vice que compunha a mesma chapa eleitoral de Vargas estava ligado.” (SKIDMORE, 2010, p. 37).

A partir desse marco que caracterizou o início da década de 1930 no Brasil, os tenentes — alguns dos jovens militares brasileiros que prestavam críticas e não eram favoráveis ao sistema federativo — unidos à Aliança Liberal, marcharam rumo ao então Distrito Federal (RJ), tendo como objetivo não só impedir a posse de Júlio Prestes, como também reajustar a estrutura do país e retirar a figura de Washington Luís da presidência. Assim, ao chegar ao poder, a Junta Governativa Provisória confiou-o a Getúlio Vargas, líder que estava controlando as forças político-militares durante a Revolução, o qual contava com o apoio das oligarquias e dos militares e que assumiu o comando da Nação provisoriamente. Dessa maneira, “a Primeira República estava encerrada, e a Revolução de 1930, como a rebelião ficou conhecida, tornou-se um marco decisivo.” (SCHWARCZ; STARLIN, 2015b, p. 361). Diante disso, será exatamente no espaço desse cenário que a inauguração do Cristo Redentor irá ocorrer, uma vez que a Revolução de 1930 adiou a festividade da obra que só foi aberta ao público um ano após o turbulento evento que pôs fim ao primeiro período republicano.

⁵ Como explicam Schwarcz e Starlin (2015b, p. 358), a crise da morte de João Pessoa, ocorrida no Pernambuco, passou de regional para um nível totalmente nacional, pois a Aliança Liberal usufruiu desse pretexto para acusar o Governo Federal de fomentar uma intervenção no estado da Paraíba.

Já que a sua construção foi iniciada ainda no segundo quartel do século XX na cidade do Rio de Janeiro, a estátua do Cristo Redentor possui uma gama de sentidos e curiosidades por trás da sua história. Devido às celebrações do centenário da Independência do Brasil (1922), “[...] o Governo Federal decidiu promover uma grande exposição internacional na cidade do Rio aos moldes de eventos semelhantes realizados na Europa.” (CASTELLOTTI, 2008, p. 71).

Mergulhado nessa ideia e inspirado pelo esforço de promover a “recatolização”⁶, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882–1942), Cardeal-Arcebispo metropolitano do Rio, tomou a frente do Primeiro Congresso Eucarístico Nacional⁷, estipulando que “se tratava de esboçar o lugar da Igreja e da religião na vida nacional republicana [...]” (AZZI, 1977 apud GRINBERG, 1999, p. 3). Assim, a Igreja Católica se mobilizou para atuar mais diretamente junto à sociedade, a ponto de tirar do papel a ideia de erigir, no alto da paisagem carioca, uma estátua que homenageasse a figura do Filho de Deus, Jesus Cristo.

Apesar de ter sido colocada em prática na era republicana, a ideia da construção do Cristo Redentor tem a sua raiz fincada nos tempos do Império. No ano de 1859, o sacerdote francês, Padre Pierre Marie Bos, capelão do Colégio da Imaculada Conceição⁸, esboçou a primeira sugestão de que no topo do Corcovado ficaria muito bem um monumento religioso. A aspiração do religioso acabou sendo passada para a Princesa Isabel, a qual guardou, em sua memória, o sonho do presbítero. No entanto, tal ideia acabou sendo “engavetada”, permanecendo assim por décadas até que fosse colocada em pauta. Somente no início do século XX fora retomada pelas lideranças da Igreja na sociedade brasileira, sendo o propulsor dessa medida o Cardeal-Arcebispo da metrópole, Sebastião Leme. A ideia de tirar do papel o projeto que havia sido fruto de uma idealização no Império teve, como principal objetivo, aumentar a influência católica na sociedade brasileira. Desse modo:

A construção de um monumento religioso [...] seria a grande realização da Igreja. Assim, o propósito era construir um monumento no alto do Corcovado que coroasse a atuação e reação da Igreja e, ao mesmo tempo, consolidasse a presença da instituição no mundo político e social. Esse projeto representava a consolidação do catolicismo no Brasil (RODRIGUES, 2008, p. 48).

⁶ Segundo Hermann (2013, p. 124), o processo de “recatolização”, ou ainda, “romanização”, nada mais foi que um movimento extremamente reformador, promovido pelos Papas Pio IX e Leão XIII. Tal pauta pontifical procurou retomar as decisões tomadas no Concílio de Trento (1545–1563), como reforçar a estrutura hierárquica da Igreja, moralizar o clérigo e diminuir o poder das irmandades leigas.

⁷ Conforme afirma Castellotti (2008, p. 71), o evento do Congresso Eucarístico foi estimulado por um debate no Círculo Católico do Rio de Janeiro a respeito da construção de um grande símbolo que deveria ser capaz de reafirmar a presença da Igreja no Brasil e a fé católica dos brasileiros.

⁸ O Colégio e a Paróquia da Imaculada Conceição estão localizados no bairro de Botafogo, Zona Sul da capital fluminense.

Durante as comemorações do Centenário da Independência no início dos anos 1920, uma votação sobre qual elevação da cidade a estátua deveria ser construída fora aberta aos católicos e devotos cariocas. Assim, “[...] três locais foram inicialmente pensados para a edificação da estátua: o Corcovado, o Pão de Açúcar e o Morro de Santo Antônio [...]” (RODRIGUES, 2008, p. 48). Este último acabou sendo descartado devido à sua altura e, entre os dois outros concorrentes, a escolha ocorrera pelo morro do Corcovado.

Então, no ano de 1926, a construção da obra havia sido iniciada, cuja maquete do engenheiro-arquiteto Heitor da Silva Costa (1873–1947) fora eleita como vencedora para assumir o cume do Corcovado. Segundo Castelotti (2008, p. 72), o evento que elegeu o projeto arquitetônico como vencedor, e que era denominado como “Semana do Monumento”, consistiu em um evento pastoral com o propósito de arrecadar fundos para a obra do Cristo ao longo de uma semana, em 1923. Um ano antes, entretanto, a Igreja havia encaminhado ao presidente Epitácio Pessoa (1865–1942) um documento que continha em torno de 20 mil assinaturas — todas femininas — solicitando o topo da montanha para a realização da obra e pedindo a transferência do espaço do Corcovado para a arquidiocese do Rio.⁹

Não obstante, os primeiros rascunhos do Cristo contaram ainda com a colaboração do escultor franco-polonês, Paul Landowski¹⁰ (1875–1961), e com os esboços do pintor e desenhista brasileiro, Carlos Oswald (1882–1971), na cidade de Paris (CASTELOTTI, 2008, p. 72). Após cinco anos de construção, a estátua revestida de pequenos cacos de pedra-sabão foi finalizada: estava, então, no dia 12 de outubro de 1931, a mesma data de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, padroeira do país, inaugurado aquele que se tornaria o mais famoso e conhecido monumento *art deco*¹¹ do Brasil.

O termo “Monumento” tem a sua origem enraizada no substantivo latino *Monumentum*. Expressões como “Monumento” e “Patrimônio”, por exemplo, abrem, a partir de suas etimologias, um leque de significados, mas aqui, tanto um termo quanto o outro podem ser atribuídos à ideia daquilo que remete à lembrança humana, como objetos, espaços ou símbolos de um passado que pode ser — ou não — muito antigo. Em sua pesquisa, Severo (2004, p. 1) explica que:

⁹ Por conta desse acontecimento, vários protestos na imprensa e manifestações contrárias por parte de líderes e representantes de outras crenças não católicas foram realizados no Rio, insuficientes, porém, para deter o fervor católico da cidade (CASTELOTTI, 2008, p. 72).

¹⁰ Silva Costa partiu para a Europa para transformar os seus estudos sobre o monumento do Cristo em projetos. Foi nesse contexto que ele conheceu o artista Paul Landowski, tal como contratou o escritório parisiense Pelnard para o plano técnico do monumento.

¹¹ Estilo artístico e visual que surgiu na Europa entre os anos 1910 e 1920 e que se afirmou principalmente nas artes visuais aplicadas e/ou arquitetônicas.

O trazer à lembrança é uma espécie de exercício de resgate do tempo perdido, evocação de um passado que compartilhamos com os que nos precederam. [...] Os vestígios do passado investidos de um poder que adverte e interpela a memória coletiva, materializam esse passado no presente e se oferecem como experiências cognitivas e estéticas.

Da mesma forma que a autora Severo, compreendendo que é um sinal do passado e baseado nas origens do termo, Le Goff (1990, p. 535) afirma que um monumento — usado correntemente em meados do século XIX para as grandes coleções de documentos — tem também como características “ligar-se o poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas [...]”. Diante de tais afirmações, o monumento passa a ser uma espécie de “material de memória” apresentado como herança do passado e memória coletiva.

Caracterizada como um monumento religioso, a estátua do Cristo Redentor assinala consigo um teor de modernidade, tanto no campo das devoções, quanto nos campos artístico e tecnológico. Desse modo, o monumento do Cristo Redentor “[...] em vez de se colocar como apenas afirmação do passado, procura situar-se no contemporâneo.” (GIUMBELLI, 2008, pp. 77–78). Por conseguinte, o monumento do Cristo Redentor possui uma série de aspectos a partir de sua concepção e construção, levando em conta que a sua inauguração também fora dominada por discursos sustentados em metáforas mais orgânicas e hierárquicas, o que acaba sendo bem visível nos textos das capas de edições da inauguração da estátua — ambas publicadas e divulgadas pelo jornal O Globo.

As duas capas dos jornais possuem trechos de narrativas feitas em terceira pessoa. Além disso, a linguagem encontrada em boa parte dos textos também não é de difícil compreensão, uma vez que o uso de termos mais propícios à época acaba se fazendo presente no decorrer da leitura. Há também o uso de imagens nos jornais, caracterizado por seu aspecto icônico de linguagem visual, não contendo, em sua composição, elementos linguísticos.

O primeiro jornal (Imagem 1) tem como enunciado: “Depois de aberto na cruz, para salvação do mundo, abrem-se hoje para nossa cidade os braços do Christo Redemptor [...]” (O GLOBO, 1931a, p. 1). Logo em seguida, é possível visualizar o subtítulo, descrito como: “memorável acontecimento a inauguração oficial do monumento do alto do Corcovado — Como transcorreram as grandiosas cerimônias de fé, as pompas de ritual e as vozes de exaltação e mysticismo.” (O GLOBO, 1931a, p. 1). É interessante perceber que os enunciados abrem a seção ao leitor com uma “exaltação de fé” baseada na crença católica, para assim descrever a cerimônia de inauguração, reconhecendo que

o sacrifício do filho de Deus no Calvário em prol da salvação humana estava, durante a primeira missa rezada no Corcovado, sendo repetido. Isso concerne com o que Freitas (2007, p. 14) descreveu em sua análise a respeito do Cristo Redentor, no instante em que a autora evidencia o fato de a estátua estar de braços abertos para simbolizar a cruz, a dor e a tortura de Cristo, elementos estes que são o maior sentido da fé cristã.

Imagem 1. Capa da primeira edição vespertina do jornal O Globo, intitulada como “depois de abertos na cruz para salvação do mundo, abrem-se hoje para nossa cidade os braços do Christo Redemptor!” e publicada no dia 12 de outubro de 1931



Fonte: Acervo Digital O Globo (1931)

No primeiro trecho do artigo, é possível ver o uso do discurso indireto. O narrador inicia-o destacando a importância que o Cristo Redentor carregou consigo para aquele contexto. “A imagem do Redemptor, que sempre viveu fixada no coração do Rio [...], já agora se integra, visível, no cenário majestoso da metrópole.” (O GLOBO, 1931a, p. 1). Diante do trecho mencionado, torna-se pertinente levantar alguns pontos em relação ao nível do discurso apresentado. O primeiro deles é referente à espacialização: O Cristo Redentor acaba tendo relação com o local em que ele se encontra — o topo do Corcovado, o ponto mais alto da paisagística Zona Sul do Rio de Janeiro. A partir disso, entende-se que a posição elevada da imagem do monumento ajuda a compreender a representação do Cristo como “[...] um ser sagrado que, do alto do Corcovado, tudo sabe e tudo vê.” (REDENTOR, 2007 apud FREITAS, 2007, p. 14).

O narrador da manchete menciona ainda que a imagem do Cristo Redentor sempre esteve presente no dia a dia dos cariocas, muito antes da sua construção ser realizada, o que acaba sendo notável por meio das manifestações de fé católica descritas e apresentadas nos enunciados do texto. A descrição do narrador prossegue na capa do jornal, agora, porém, destacando um novo enunciado para o artigo, escrito como: “fora das competições políticas e dentro da unidade da pátria” (O GLOBO, 1931a, p. 1), para referir-se à sessão solene da inauguração do monumento.

O texto também apresenta trechos que são totalmente sustentados pelo discurso direto. O narrador destaca inicialmente a figura de Padre Amaral, que expressa, em sua fala, um posicionamento discursivo imbuído em sentimentos de fé e patriotismo. “Eu não posso permitir que haja no Brasil uma mentalidade que compreenda e conheça a nossa história e que pretenda negar a ação de Christo na formação da nossa raça, na obra da nossa civilização [...]” (O GLOBO, 1931a, p. 1).

A fala do presbítero incita alguns aspectos relevantes em pontuar. Em primeiro lugar, a maneira como a Igreja Católica atuou na história do Brasil. O catolicismo sempre foi a crença que, desde os tempos da colonização, predominou no país. Aqui, o sacerdote Amaral tem consciência dessa ideia, a ponto de alegar que o Brasil não teria sido civilizado se não fosse pelo papel que a Igreja, na formação da sociedade brasileira, desempenhou. Isso também possui relação com o que é afirmado por Giumbelli (2008, p. 84) quando, no entorno da inauguração do monumento, criava-se uma continuidade entre o princípio republicano e a reivindicação católica sobre a essencialidade cristã da nação brasileira, baseada em pretensos direitos sobre o entorno da sociedade.

Sustentado novamente pelo discurso indireto, o texto segue dando sequência aos pronunciamentos feitos no evento, enfatizando em determinados trechos a presença de Alceu de Amoroso Lima¹² enquanto convidado orante. “[...] A seguir, o Doutor Alceu de Amoroso Lima lê uma moção do Congresso ao chefe do Governo Provisório sobre a execução da lei do ensino religioso nas escolas públicas do país, que é delirantemente aplaudida [...]” (O GLOBO, 1931a, p. 1).

Na citação anterior, é possível perceber alguns elementos importantes, a começar pela moção do Congresso lida ao Chefe do Governo Provisório — Getúlio Vargas. Conforme o que a capa do jornal relata, o evento contou com a presença de lideranças religiosas, políticas e de alguns fiéis leigos e intelectuais católicos. A menção desse

¹² Alceu de Amoroso Lima (Petrópolis, 1893/Petrópolis, 1983), mais conhecido pelo seu pseudônimo nome “Tristão de Ataíde”, foi um crítico literário e polígrafo. Convertido ao catolicismo ainda jovem, tornou-se um dos mais respeitados paladinos da Igreja Católica no Brasil, a ponto de receber o título de “Conde” pela Santa Sé de Roma. Disponível em: www.academia.org.br. Acesso em: 18 set. 2020.

trecho gera a possibilidade de entender que a Igreja já estava visando estabelecer um melhor contato com a população por meio do novo governo, para assim colher bons frutos em relação ao processo de “recatolização” por ela implementado.

É interessante perceber o eixo de representação que surge neste fragmento do texto. A necessidade de ler um documento oficial que pede a implementação do ensino religioso sobre a fé católica nas escolas resgata, de forma geral, a ideia de que somente o Chefe do Estado seria capaz de instaurar um governo que não se distanciasse da religião e que representasse, por conseguinte, o líder que promoveria uma sociedade mais harmoniosa para todos os brasileiros. Nesse sentido e de acordo com as pesquisas levantadas pelo autor Silva (2012a, p. 1300), uma das reivindicações católicas feitas a Getúlio Vargas durante o início do Governo Provisório era quanto à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas, já que ao longo da Proclamação da República, Igreja e Estado romperam com os laços que haviam sido selados durante os tempos do Império.

Ainda sobre o que é discorrido no texto do primeiro documento analisado, o evento da inauguração do Cristo Redentor serviu para que novamente tal pauta fosse colocada na presença do novo Líder do país. Isso tem certa relação com o que Hermann (2013, p. 124) contempla, quando é pontuado pela autora que teorias teológico-políticas promovidas por lideranças episcopais, ainda no alvorecer da República, alegavam que o Brasil não poderia progredir sem a proteção da religião, o que acabou resultando na luta de algumas lideranças episcopais pelos interesses da Igreja Católica Romana no cenário político do país. Diante disso, assim pelos anos seguintes foi feito: Igreja e Estado se apoderaram do contexto das crises política e social instauradas no final dos anos 1920, visando, dessa forma, “contornarem” os moldes da sociedade brasileira, afinal, “[...] havia uma união ‘oficiosa’ nas duas partes de manter o país na ‘ordem’, livre de outros credos religiosos e, principalmente, de comunistas.” (CAVALCANTI, 1994 apud SILVA, 2012, p. 1300).

Em outro trecho selecionado do artigo, o narrador focaliza em apresentar a fala do Conde Affonso Celso (1860–1938), político republicano que também marcara presença na festa e que abriu com a frase “O reinado de Jesus Cristo no Brasil” o seu discurso:

[...] O Brasil exige que Christo impere, que reine no Brasil pela Lei das leis: a sciencia divina do seu Evangelho. O reinado de Jesus é imenso. Abrange todos os tempos, todas as edades, todos os sêres, todos os homens. [...] Deve Elle dominar os nossos sentimentos, as nossas vontades, as nossas paixões. Salve, salve, salve, Senhor Jesus, nós todos: desde o Excmo. Cardeal até o último Congressista [...] (O GLOBO, 1931a, p. 1).

As ideias manifestadas por Affonso Celso carregam tonalidades de patriotismo e religiosidade. O que o “Conde” manifesta em seu discurso estipula que a presença do Cristo no Corcovado seria uma bênção para os cariocas — e brasileiros de uma forma geral — ainda que um monumento sagrado e que representasse a Igreja Católica no ponto geográfico mais alto da cidade não teria como trazer malefícios para a população.

É possível também perceber que o político usa a primeira pessoa do plural em sua fala, para assim se referir a todos que ali se encontravam. Os termos utilizados por ele como “queremos”, “nossos(as)” e a frase “Salve [...] Senhor Jesus, nós todos: desde o Excelentíssimo Cardeal até o último Congressista [...]” (O GLOBO, 1931a, p. 1), realçam a manifestação dos católicos para estimular os interesses políticos da Igreja diante do Estado.

O posicionamento de Affonso Celso também se relaciona com o que Giumbelli (2008, p. 78) afirma, quando é enfatizado pelo autor que o Cristo, naquele contexto, deveria ser visto como um rei, enquanto todos os brasileiros — católicos e não católicos, políticos ou religiosos — seriam os seus súditos, mesmo que o regime fosse republicano e as leis republicanas tivessem projetado a disjunção entre Estado e religião após 1889.

Já em “Christo reina, impera e livrará o Brasil de todos os males.” (Imagem 2), é possível observar novamente o uso dos discursos direto e indireto feito pelo narrador do texto. A capa da manchete apresenta as consagrações da estátua e do Brasil, além dos ritos litúrgicos realizados pelo principal celebrante do evento, Dom Leme.

Imagem 2. Capa da segunda edição vespertina do jornal O Globo, intitulada como “Christo reina, impera e livrará o Brasil de todos os males”, publicada no dia 12 de outubro de 1931



Fonte: Acervo Digital O Globo (1931)

Ao passar dos ritos solenes feitos pelo Cardeal, o texto descreve que Dom João Becker (1870–1946), o então Arcebispo de Porto Alegre, também fora um dos oradores do evento:

Mais belo diadema não poderia receber este gigante de granito, que assistiu à fundação e ao desenvolvimento desta metrópole e contemplou suas lutas e vitórias [...] até nos dias agitados da Nova República. No centro do país sobre o altar da Pátria, levanta-se este grandioso monumento, em sinal de que Cristo deverá ser o Redentor da Nação, mormente a época difícil em que estamos atravessando [...] (O GLOBO, 1931b, p. 1).

O discurso explícito de Dom Becker carrega elementos que se configuram como manifestações baseadas em desejos e aspirações para promover um novo cenário e despertar uma nova realidade para toda a sociedade brasileira. Isso passa a ser compreendido quando o Arcebispo metropolitano da capital gaúcha menciona os “dias agitados da Nova República”, fazendo referência ao novo governo que pôs fim ao primeiro sistema republicano do país, e ao “gigante de granito” descrito por ele e representado no monumento para se referir a Jesus Cristo como “[...] o guia das nações [...], o mentor das democracias pela legítima interpretação do lema republicano de liberdade, igualdade e fraternidade” (SOARES, 1934 apud GUIMBELLI, 2008, p. 78).

Ademais, nota-se que o líder arquidiocesano não hesitou em tecer críticas ao modelo da Primeira República durante o seu posicionamento — ainda que de uma maneira não tão direta em sua fala. Anteriormente ao que é discursado pelo Arcebispo, o narrador realça que no cume do Corcovado estava inaugurado aquele que poderia livrar o Brasil do “mal” que a doutrina social do Comunismo e as demais crenças não católicas estavam “propagando” na sociedade. Tanto o discurso — católico — manifestado por Dom João Becker, quanto o que é posto pelo narrador acabam reivindicando, por meio dos lemas republicanos, uma apropriação do que seria mais “legítimo” naquele período para o Brasil (GUIMBELLI, 2008, p. 78).

O teor de representação presente no discurso feito por Dom Becker também acaba ficando visível na análise. De acordo com as suas palavras, a “época difícil”, descrita por ele, só poderia ser superada se o perfil do novo governo estivesse relacionado com o que a Igreja almejava para aqueles contextos político e social do país; só assim a paz seria finalmente implementada no Brasil. A ideia de um governo cristão, ou ainda, que abraçasse os preceitos do catolicismo, certamente propiciaria condições de melhoria para os brasileiros, uma vez que um Chefe de Estado influenciado pelo

laicismo poderia representar um líder que estaria colocando os valores cristãos, as condutas e o futuro de uma Nação fervorosa em alta escala de risco.

Mesmo que constitucionalmente o Estado não tivesse mais relações oficializadas com a Igreja, a imagem de Jesus Cristo representada pelo monumento estava acima de qualquer ideário político, de qualquer cargo ou indivíduo que atuasse dentro dos campos político e social do país. O Cristo não significava apenas um novo “enfeite” que estava compondo a paisagem da cidade do Rio de Janeiro, mas sim aquele que conduziria, segundo os discursos católicos da festividade, a vida de cada brasileiro que vivesse no país, livrando a Nação de qualquer orientação ou ameaça política sob influência laicista.

Considerações Finais

Diante do que foi exposto neste artigo, pode-se inferir que a inauguração do Cristo Redentor, em 1931, representou muito mais do que o evento de uma inovação artística e moderna para o Brasil no período. A separação entre Estado e Igreja, então ocorrida no início da República, serviu para inspirar algumas lideranças católicas a gerar espaços maiores à precedência do catolicismo no cotidiano da vida dos brasileiros.

Considera-se, ainda, que a festa da inauguração possuiu, sim, certa tonalidade política. A “união” das autoridades religiosas e governamentais que ali se encontravam retrata o propósito que o Estado nutria em dialogar com a Igreja, para que assim o incipiente “novo governo” de Getúlio Vargas administrasse o país sob o apoio e o zelo da Igreja Católica. Isso significava para muitos outros grupos de crenças não católicas o descompromisso do Estado com a laicidade e o desrespeito do Chefe de Nação em relação a alguns dispositivos da primeira Constituição Republicana — a qual ainda perdurava como Carta Magna do Brasil.

Em razão disso, entende-se que, devido à laicidade instaurada na primeira fase do período republicano, a Igreja Católica visou rearticular novas ações e estratégias para recuperar o seu papel dentro do cenário político nacional, o que ficou perceptível nos discursos apresentados pelos documentos aqui anteriormente examinados. As capas dos dois jornais demonstram a persistência de determinadas entidades católicas em relação à implementação do ensino católico nas escolas públicas do país, assim como as práticas de representação entre Estado e Igreja diante dos interesses políticos fomentados por ambas as instituições — o que transmite, em parte, a ideia da busca pelo “bem comum” para os cidadãos brasileiros. Assim, fica evidenciado que a inauguração do monumento Cristo Redentor passa a ser entendida como um reflexo da luta que a Igreja desferiu dentro da sociedade brasileira, de modo a demonstrar a sua força e o seu combate contra

os efeitos causados pela legislação que tornava o Brasil um país sem religião ou crença oficial.

Referências

BRASIL. [*Constituição* (1824)], Cap. I – Do Poder Moderador, Art. 98. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 15 ago. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. O papel e a complexidade do liberalismo no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 76, pág. 391-394, dezembro de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000300033&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 ago. 2020.

CASTELLOTTI, Felipe. O monumento esculpido em concreto. *In*: LEONEL, Kaz; NIGGE, Loddi (org.). *Cristo Redentor: história e arte de um símbolo do Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível, 2008, p. 71-80.

CHRISTO reina, impera e livrará o Brasil de todos os males. *O Globo*, 2ª ed., 31 de out. de 1931, p. 1. Disponível em: <https://www.acervo.oglobo.com>. Acesso em: ago. 2020.

DEPOIS de abertos na cruz para salvação do mundo, abrem-se hoje para nossa cidade os braços do Cristo Redemptor. *O Globo*, 1ª ed., 31 de out. de 1931, p. 1. Disponível em: <https://www.acervo.oglobo.com>. Acesso em: ago. 2020.

FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia de Letras, 1997. 16ª ed., 150p.

FREITAS, Anielle Correia. *Amigos do Cristo Redentor: do turismo à peregrinação? 2007*. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

GIUMBELLI, Emerson. A modernidade do Cristo Redentor. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 51, n.1, 2008, p. 75-105. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v51n1/a03v51n1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967/3642>. Acesso em: 09 ago. 2020.

GRINBERG, Lúcia. República Católica, o monumento ao Cristo Redentor do Corcovado. *In*: KNAUSS, Paulo (org.). *Cidade Vaidosa: Imagens Urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 57-72.

HERMANN, Jaqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 6ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 121-125.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. *In*: Encontro Nacional de História da Mídia, n. 10, 2015, Porto Alegre, p. 1-12. Disponível em: <https://www.ufrgs.br>. Acesso em: 12 ago. 2020.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. (org.). *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et al]. Campinas: Unicamp, 1990, p. 462-473.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. O Cristo Redentor sempre esteve lá, no alto do nosso imaginário. *In*: LEONEL, Kaz; NIGGE, Loddi (org.). *Cristo Redentor: história e arte de um símbolo do Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível, 2008, p. 43-51.

SEVERO, Fernanda. Espaço arquitetônico e espaço turístico: memória, história e simulacros. *In*: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2., 2004, Caxias do Sul (RS). *Anais Eletrônicos* [...] Caxias do Sul: SeminTUR, 2004, p. 1-14. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/27-espaco-arquitetonico.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Ela vai cair: o fim da monarquia no Brasil. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel (orgs.). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia de Letras, 2015a, p. 291-317.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Samba, malandragem e muito autoritarismo na gênese do Brasil moderno. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel (org.). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia de Letras, 2015b, p. 351-363.

SKIDMORE, Thomas Elliot. A Era Vargas, 1930-45. *In*: SKIDMORE, Thomas Elliot. (org.). *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. Tradução de Berilo Vargas — São Paulo: Companhia de Letras, 2010, p. 36-47.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e as Relações Políticas com o Estado na Era Vargas. *In*: Simpósio Nacional de História da ABHR, 13. 2012, São Luís. *Anais Eletrônicos* [...] São Luís (MA): ABHR, 2012a, p. 1-11. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/page/14>. Acesso em: 13 mai. 2020.

SILVA, Paulo Julião da. A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a Era Vargas. *In*: XI Encontro Estadual de História da ANPUH, 11, 2012, Porto Alegre. *Anais Eletrônicos* [...] Porto Alegre: ANPUHRS, 2012b, p. 1300-1309. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1346280564_ARQUIVO_textoparaaanpuh-rs.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

SOBRE a InfoGlobo. *InfoGlobo*, Rio de Janeiro, p. 1, 2009. Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/institucional.aspx>. Acesso em: 18 ago. 2020.

VISCARDI, Cláudia. Aliança “café com política”. *Nossa História*, São Paulo, v. 2, n. 19, maio de 2005, p. 45.